

Esquematização do Catálogo de Publicações Oficiais Brasileiras

ANTONIA MOTA DE CASTRO MEMÓRIA RIBEIRO

Chefe da Seção de Recebimento e Controle de
Publicações Nacionais Coordenação de Biblioteca
Centro de Documentação e Informação
Câmara dos Deputados
Brasília, DF.

Panorama da bibliografia nacional corrente do Brasil e de outros países, no tocante às Publicações Oficiais. Diretrizes para a implantação de um sistema de controle e divulgação das publicações do Governo brasileiro, incluindo relação de bibliografias, listas e catálogos, impressos ou não, de alguns órgãos governamentais, objetivando a esquematização do Catálogo de Publicações Oficiais Brasileiras. A execução desse sistema constitui uma proposição de meta prioritária de trabalho da Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais da Coordenação de Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Introdução

Em 1968, a Equipe Técnica da Fundação Getúlio Vargas, fazendo um estudo da reorganização administrativa da Câmara dos Deputados, criava nessa Casa do Congresso Nacional a Divisão de Depósito Legal no Departamento de Informação e Biblioteca, subdividida em duas Seções: Seção de Recebimento e Controle e Seção de Seleção e Listagem. Essa Divisão tinha a competência de receber, em Depósito Legal, exemplares de todos os documentos gráficos e audiovisuais publicados no País e divulgar, periodicamente, uma lista das Publicações Oficiais recebidas. Para que isso se concretizasse era necessário basear-se em lei, o que infelizmente não aconteceu ainda, apesar dos projetos e anteprojetos apresentados, entre os quais o Projeto da Câmara dos Deputados, nº 3.746, de 1966. (Anexo I)

Esse Projeto dispunha sobre a remessa de documentos gráficos e audiovisuais à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e à Biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília, estabelecendo que ambas as entidades deveriam publicar, regularmente, boletins bibliográficos, com o fim principal de referenciar as obras recebidas em virtude daquele Projeto de Lei. No boletim da Câmara dos Deputados, seriam referenciadas, exclusivamente, as obras impressas sob a responsabilidade dos governos da União, dos Estados e dos Territórios Federais, autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e fundações.

Mantendo algumas daquelas atribuições próprias da projetada Divisão de Depósito Legal, surge, pela Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a sua organização administrativa, a Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais da Coordenação de Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara. Era um serviço novo que se instalava e urgia estruturar o seu programa de trabalho.

O controle das Publicações Nacionais, como expresso em sua denominação, sem apoio legal, não seria possível, devido ao seu vulto. Mas o controle das Publicações Oficiais brasileiras, embora requerendo apoio legal, não só seria viável como também viria ao encontro de uma quase exigência nacional. Traçadas as linhas mestras, a seguir, iniciou-se o trabalho em Brasília e no Rio de Janeiro, paralelamente.

Era premente a necessidade de um registro dos editores oficiais para o controle atualizado de sua produção documental. Foram assim visitados os órgãos federais, cujos setores de documentação e publicações ainda se encontram sediados no Rio de Janeiro, como o Departamento de Imprensa Nacional, Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Biblioteca Nacional, Ministério do Exército e outros, ao lado de uma pesquisa do que tem sido realizado pelo Centro Gráfico do Senado Federal, em Brasília, que imprime por volta de 1.500 títulos por ano.

Muitas das medidas tomadas pela Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais foram infrutíferas, mas serviram de algum modo para subsidiar o trabalho que estaria por fazer.

Para melhor compreensão do que aqui vai exposto, seria interessante definir, antes de mais nada, o que são Publicações Oficiais. A UNESCO em seu **Handbook of the International Exchange of Publications**, 3ª edição, de 1964, quando trata do intercâmbio de Publicações Oficiais, afirma que a expressão não está claramente definida

e que nem todos a compreendem com o mesmo sentido. A Convenção de Bruxelas (1886) assim as definiu: "os documentos oficiais, parlamentares e administrativos que são publicados no lugar de origem; as obras executadas por ordem e/ou às expensas do Governo".

A nova Convenção é mais precisa: "publicações oficiais e documentos governamentais, quando são editados por ordem e às expensas de qualquer autoridade pública: os diários oficiais, documentos, informes e anais parlamentares, outros textos legislativos, as publicações e informes de caráter administrativo que emanem dos organismos governamentais centrais, federais ou regionais; as bibliografias nacionais, os repertórios administrativos, os repertórios de leis e jurisprudência".

O Instituto Internacional de Ciências Administrativas, ao redigir questionário para o levantamento da situação dessas publicações nos diferentes países, assim as definiu: "obras editadas sob a responsabilidade de entidades públicas ou de direito público, na qualidade de autores e editores".

Atualmente, os governos federais, estaduais e até mesmo municipais, tanto no Brasil como em outros países, publicam toda sorte de publicações: diários, anuários, almanaques, anais, revistas, boletins, relatórios e uma série de publicações avulsas de caráter administrativo, científico, técnico, artístico, literário etc. Essa produção tem crescido dia a dia de maneira espantosa. O que falta, porém, principalmente no Brasil, é o controle, registro e divulgação dessa explosão documental, tantas vezes preciosa.

Desde a Convenção Internacional de Bruxelas (1886) que o Governo brasileiro vem legislando sobre o assunto, criando órgãos e serviços e regulamentando outros já existentes. No entanto, podemos afirmar que até hoje não existe, no Brasil, um órgão que cuide dessas publicações de maneira integral, estando a Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais da Biblioteca da Câmara dos Deputados certa em seus objetivos, procurando se habilitar e estudando o problema, a fim de informar com precisão sobre as Publicações Oficiais brasileiras, em todos os setores do conhecimento.

Esquema do Programa de Trabalho Apresentado pela Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados ao VII CBBB, Belém, 1973

Objetivo: Editores oficiais

Meta: Diagnóstico da situação dos editores oficiais da administração federal, centralizada e descentralizada. Instrumento: colaboração

dos serviços de documentação oficiais e repartições públicas que operam como editores; registros realizados pelo Departamento de Imprensa Nacional, Centro Gráfico do Senado Federal e pelas gráficas subordinadas diretamente a repartições do Governo.

Objetivo: Catálogos e listas de Publicações Oficiais

Meta: Pesquisa sobre catálogos atuais e anteriores a este projeto.

Instrumento: visitas aos serviços de documentação e repartições, editoras. Questionário.

Objetivo: Coleções bibliográficas. Permuta

Meta: Formação de coleções bibliográficas esquematizadas por suas áreas administrativas; Instrumento: Inter-relacionamento das unidades informativas, integrando-as num sistema de cooperação dos serviços de documentação ou editores oficiais não integrados aos serviços de documentação, e a Divisão de Biblioteca (hoje, Coordenação de Biblioteca) do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, com o objetivo de permuta das novas edições pela divulgação da bibliografia resultante.

Objetivo: Divulgação

Meta: Compilação de bibliografia corrente, em seções referentes a cada área administrativa. Estabelecimento do fluxo de informações sobre publicações Oficiais entre a Divisão de Biblioteca (hoje, Coordenação de Biblioteca) e os órgãos editores.

Instrumento: Programa da Seção de Informática do Centro de Documentação e Informação e colaboração da Divisão de Publicações (hoje, Coordenação de Publicações), ambas do CEDI.

Objetivo: Publicações Oficiais estaduais e municipais

Meta: Editores oficiais, catálogos, coleções bibliográficas, divulgação e permuta.

Instrumento: Convênio com órgãos estaduais e/ou municipais para execução de plano idêntico ao desenvolvimento no âmbito federal.

Panorama da Bibliografia corrente de publicações oficiais no mundo

Não será feito aqui um estudo detalhado das bibliografias de Publicações Oficiais dos diferentes países, pois foge ao interesse do presente trabalho.

As próprias citações ou referências bibliográficas, mencionadas em ordem alfabética dos países, darão idéia do que tem sido feito nesse campo de controle e divulgação dessas importantes publicações.

Algumas bibliografias mereceram maior atenção da Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais por terem sido consideradas subsídios valiosos para a esquematização da Bibliografia ou melhor, do Catálogo de Publicações Oficiais Brasileiras. Por exemplo, as bibliografias do Canadá, Estados Unidos, França e Portugal estão entre essas.

ALGÉRIA

Bibliographie de L'Algérie. Algérie, Bibliothèque Nationale, 1963 — Obs.: Publicação semestral, publicada em árabe e francês, inclui livros, brochuras, Publicações Oficiais etc.

AUSTRÁLIA

Australian Government Publications. Canberra, Commonwealth Government Press, 1962. Obs.: Edição anual, substitui o **Monthly list of Australian Government Publications**, 1952-1960 e sua acumulação anual: **Annual catalogue of Australian Publications.**

ÁUSTRIA

Osterreichische Rechtsdokumentation Wien, Hollinek Verlag, 1969. Obs.: Com 10 números por ano e acumulação anual, inclui documentos legislativos de toda natureza, coleções de leis, todas as publicações dos órgãos governamentais etc.

BIRMÂNIA

Catalogue of Books of the Revolutionary Government of the Union of Burma Book Depot.

CANADÁ

(1867 a 1964) **Repertoire des Publications Gouvernementales du Québec**, par André Beaulieu, Jean-Charles Bonenfant e Jean Hamelin. Québec, Imprimeur de la Reine, 1968. 554p. (1965 a 1968)

——— Supplément, 1965-1968. Québec, Editeur Officiel du Québec, 1970. 388 p.

O **Repertoire des Publications Gouvernementales du Québec** informa, em seus 21 capítulos, sobre as publicações governamentais

que existiam em 1965 (publicações da Assembléia Legislativa, Conselho Legislativo e 19 Ministérios). É complementado por duas bibliografias, que cobrem o período anterior a 1867, que são:

(Anterior a 1867)

Canadian Government Publications, by Marion Villiers Higgins. ALA, 1935.

Publications of the Government of the Province of Canada, 1841-1867, by Olga Bishop. Ottawa, National Library of Canada, 1963.

(Depois de 1964)

Canadian Government Publications; Monthly Catalogue. Ottawa, Information Canada, 1953.

Daily Checklist of Government Publications. Ottawa, Information Canada, 1952. Obs.: O catálogo mensal das publicações do Governo canadense, editado em inglês e francês, faz um levantamento completo das Publicações Oficiais do mês, acumulando as listas diárias

Daily Checklist of Government Publications. Os fascículos mensais são acumulados anualmente, a partir de 1953, ano de sua criação. Cada fascículo está dividido em 3 partes principais: Publicações do Parlamento. Publicações do Executivo. Publicações Internacionais.

Nota: O órgão canadense Information Canada, em Ottawa, é o agente de vendas das publicações em inglês e francês, editadas pelas organizações internacionais, razão da inclusão de suas publicações nessa terceira parte. Nas duas primeiras partes, os órgãos oficiais editores aparecem em ordem alfabética da parte mais significativa de seu nome.

Os dados mais importantes, incluídos em cada informação são: título, local, data, nota sobre autoria, preço, código de localização e uma série de sinais convencionais, indicando onde podem ser adquiridas as publicações (☆ e †), se são reservados (-†-), se são de distribuição gratuita ou distribuição gratuita para algumas pessoas ou instituições (●), em virtude do regulamento Trésor (T.B. 667239) e distribuição gratuita de periódicos incluídos (●●).

Traz um índice de autores, títulos (palavra mais significativa) e assuntos em uma única ordem alfabética: um índice de autores e títulos dos periódicos do Governo canadense, editados durante o mês e indexação dos mesmos. No final de cada catálogo mensal encontramos modelos de impressos usados para a aquisição de todo o material ali relacionado.

O volume correspondente à acumulação anual conserva a mesma organização.

Além dessa bibliografia bem organizada e atualizada das Publicações Oficiais canadenses, surge a obra de Mohan Bhatia que trata da bibliografia das bibliografias dessas publicações, já em 2ª edição, em 1971:

BHATIA, Mohan. Canadian federal government publications; a bibliography of bibliographies. Saskatoon, 1971.

DINARMACA

Bibliografi over Danmarks Offentlige Publikationer. Copenhagen, Dansk Bibliografisk Kontor, 1949. Obs.: Ao alto do título encontra-se: **Impressa pública regnidanice 1948.** O seu título de 1948 a 1959 foi **Bibliografi Fortegnelse over statens Tryksager og statsunderstottede Publikationer.** Seguindo o arranjo pelos órgãos oficiais editores, dá índice de assuntos e autores, constituindo-se no índice das publicações governamentais da Dinamarca.

ESPAÑHA

Spanish Government Publications After July 17, 1936 To Date, prepared by James B. Childs. Washington, Library of Congress, 1965-1969. 6 v. Obs.: Um estudo feito por Maria Luisa Poves Bárcenas, chefe da Sección Primera da Bibliotheca Hispana, mostra que o controle e divulgação das Publicações Oficiais espanholas não foi possível ainda na Espanha. A obra de James B. Childs, especialista em documentação bibliográfica governamental da Library of Congress, surgiu para atender as necessidades advindas do acordo entre os Estados Unidos e Espanha, sobre permuta de Publicações Oficiais (Madrid, 8 de maio de 1950).

Conforme o estudo citado, os órgãos aparecem na seguinte ordem:

- a) Chefia do Estado;
- b) Presidência do Governo;
- c) Ministérios (em ordem alfabética da parte mais significativa de seu nome).

Para cada entidade governamental dá uma explicação referente à sua criação e alterações, se por acaso houver surgido, seguindo a relação de suas publicações. Essas figuram umas vezes como autores e outras como editores.

O volume 6 se encerra com um índice dos diversos organismos relacionados na obra, em ordem alfabética tanto de seus títulos oficiais como também das palavras mais significativas de seus nomes e ainda por suas siglas.

Não é uma obra corrente mas, como se espera, deverá ser atualizada por novas edições, e por isso incluída neste trabalho, como fonte de referência das Publicações Oficiais da Espanha.

ESTADOS UNIDOS

A bibliografia nacional corrente dos Estados Unidos, o **Cumulative Book Index** por exemplo, exclui as Publicações Oficiais do seu registro.

Essa exclusão é justificada pela existência no país do Government Printing Office, mais conhecido como "GPO", cujas funções são: impressão, distribuição e venda das Publicações Oficiais, mantendo a edição do **Monthly Catalog of United States Government Publications**. Com essas funções encontra-se o GPO subordinado ao Poder Legislativo.

As publicações do Governo dos Estados Unidos nem sempre tiveram o cuidadoso tratamento bibliográfico que têm hoje.

Nos primórdios da República, deu-se pouca importância ao assunto e somente, em 1814, com o incêndio da capital, e conseqüente perda dos registros oficiais, sentiu-se a necessidade de uma bibliografia das publicações do Governo.

Embora a bibliografia retrospectiva não interesse ao presente estudo, não se pode deixar de citá-la.

Assim tem-se:

POORE, Benjamin Perley. **A Descriptive catalogue of the Government Publications of the United States**, Sept. 5, 1774 to March 4, 1881. Washington, Government Printing Office, 1885.

Poore ordenou o seu catálogo cronologicamente, incluindo um índice no final do volume.

Existem inúmeras falhas nesse levantamento, mas deve levar-se em conta que Poore para executá-lo, enfrentou a árdua tarefa de localizar e identificar os registros da Nação de mais de cem anos (1774-1881), que se encontravam espalhados por todo país.

Foi continuado pelo:

AMES, John Griffith. **Comprehensive index to the publications of the United States Government, 1881-1893.** Washington, Government Printing Office, 1905. 2 v.

Em coluna à esquerda aparecem os autores, pessoas ou órgãos; os títulos são dispostos pelas suas palavras chaves na coluna do centro e na coluna da direita vem a identificação dos itens editados.

O índice de Ames, por sua vez, foi seguido pelo:

Catalog of the Public Documents of Congress and of All Departments of the Government of the United States for the period March 4, 1893-December 31, 1940. Washington, Superintendent of Documents, 1896-1945. 25 v.

Impresso pelo Government Printing Office, conhecido mais como **Document Catalog** e de periodicidade bienal, foi organizado por autores, títulos e assuntos.

O **Document Catalog**, em 1940, encerrou as suas atividades, deixando o **Monthly Catalog of United States Government Publications** como único índice geral acumulado das publicações do Governo americano.

Monthly Catalog of United States Government Publications. Washington, Superintendent of Documents, 1895 — Obs.: Nesse catálogo mensal, impresso pelo Government Printing Office, organizado pelos órgãos editores em ordem alfabética da parte mais significativa de seu nome, as entradas relacionadas sobre esses órgãos, incluem: título, autor (se houver), número de páginas e tamanho. A edição (se houver), a classificação e o preço são também indicados.

Essas entradas obedecem a uma seqüência numérica anual, indicada na margem esquerda. Dá também o número da ficha impressa da Library of Congress. O símbolo alfa-numérico que aparece à direita e abaixo de cada item é dado pela Superintendent of Documents e utilizado para ordenar as publicações procedentes desse órgão e algumas bibliotecas o utilizam como número de chamada para as publicações.

São usados pelo catálogo alguns sinais convencionais, tais como: (*) Vendidos pela Superintendent of Documents. (@) Vendidos pela National Technical Information Service, Springfield, VA 22151. (+) Distribuição feita pelos órgãos editores (só disponíveis se incluírem preço). (#) Impresso para uso oficial apenas. (●) Seguido da palavra item e um número, indica que a publicação está à disposição das Bibliotecas depositárias das publicações do Governo dos Estados Unidos.

Cada fascículo do catálogo dá índices de assuntos e, no último número do ano, acumula esses índices mensais, formando um índice anual.

Muito embora o **Monthly Catalog** relacione, por volta de 18.000 títulos por ano, não se pode dizer que inclua todas as publicações do Governo dos Estados Unidos. Por exemplo, os numerosos projetos apresentados em cada Sessão do Congresso ou decisões promulgadas pelas Cortes federais, não são indexados por ele.

O **Monthly Catalog** é algumas vezes suplementado por listas publicadas por órgãos governamentais individuais, que incluem suas próprias edições.

Bureau of the Census Catalog. Washington, Bureau of Census, 1947 — Obs.: Esse catálogo impresso pelo Government Printing Office, trimestral, com suplementos mensais e acumulações anuais, indica o conteúdo detalhado das publicações, dando até mesmo suplementos, desde que sejam de interesse.

Uma característica especial desse catálogo é apresentar uma seção que relaciona informações sobre censos não publicados e que se encontram disponíveis em fita magnética, microfilme ou fichas.

Embora possa duplicar parcialmente as informações do **Monthly Catalog**, o **Bureau of the Census Catalog** oferece a vantagem de uma melhor disposição, profundidade de indexação e precisão nos dados bibliográficos.

U. S. Government Research and Development Reports Index. Washington, Clearinghouse for Federal Scientific and Technical Information, 1968 — Obs.: Essa é uma outra publicação que suplementa **Monthly Catalog**, numa área realmente especializada. Constitui um índice geral informativo das pesquisas patrocinadas pelo governo americano.

Indexa os relatórios que aparecem no **Nuclear Science Abstracts**, **Scientific and Technical Aerospace Reports** e **U. S. Government Research and Development Reports**.

Esses relatórios aparecem citados sob 5 (cinco) entradas diferentes: assuntos, autores individuais, entidades coletivas, números de acesso ou do relatório. Cada item inclui: título do relatório, número do acesso ou do relatório e referência à publicação da qual foi extraída a informação (N — **Nuclear Science Abstracts**; S — **Scientific and Technical Aerospace Reports**; U — **U. S. Government Research and Development Reports**).

Completando as entradas, indica preço das publicações em brochura (HC) e em microfichas (MF).

Selected U. S. Government Publications. Washington, Superintendent of Documents. — Obs.: Impresso pelo Government Printing Office, inclui Publicações Oficiais selecionadas.

Government Periodicals and Subscription Service. Washington, Superintendent of Documents. Obs.: A fim de facilitar as assinaturas dos periódicos oficiais do Governo americano, a Superintendent of Documents edita esse catálogo mensal, já na 156ª edição, em 1975. É uma lista alfabética dos periódicos com informações completas sobre cada um, como preço, periodicidade, finalidade, conteúdo, origem etc.

Em julho de 1945 foram incluídas nas edições de janeiro e julho do **Monthly Catalog**, listas semestrais de publicações periódicas, seriadas e informes estatísticos que a partir de julho de 1950, foram reunidas e apresentadas como apêndice nas mesmas edições de janeiro e julho. Em 1953 esses apêndices semestrais passaram a ser publicados em fevereiro e agosto e 1962 constituíram uma edição anual, hoje: **Government Periodicals and Subscription Services.**

Index to U. S. Government Periodicals: a computer-generated guide to selected titles by author and subjects. Chicago, Infodata International — Obs.: Publicação trimestral com acumulação anual, indexa 114 principais periódicos editados pelo Governo federal dos Estados Unidos.

Monthly Checklist of State Publications. Washington, Library of Congress — Obs.: Lista mensal, organizada em ordem alfabética dos Estados.

Além dessa publicação geral, englobando todos os Estados, existem listas publicadas por cada um deles, como por exemplo, o **California State Publications**, publicação do mesmo tipo do **Monthly Catalog**, em nível estadual.

FINLÂNDIA

Valtion Virallisjulkaisut (Statens officiella publicationer) Helsinki, Bibliothèque du Parlement, 1970 — Anual.

FRANÇA

Bibliographie de La France; journal de l'imprimerie et de la librairie. Paris, Cercle de la Librairie, 1811 — Obs.: Criada em 1810, de perio-

dicidade semanal, era publicada em folhas soltas. Cada fascículo apresenta 3 (três) partes: Bibliografia oficial, Crônica e Anúncios.

A primeira parte, Bibliografia Oficial, registra os livros decorrentes do Depósito Legal, catalogados na semana correspondente ao fascículo e, portanto, recebidos pela Biblioteca Nacional, algumas semanas ou alguns meses antes. A essa parte, anexam-se diversos suplementos, de diferentes periodicidades, dedicados a outros documentos. Os suplementos, até 1974, eram os seguintes: novos periódicos; gravuras, estampas e fotografias; obras musicais; teses; atlas, mapas e plantas; publicações oficiais.

Para os livros, o arranjo é sistemático, compreendendo 10 grandes divisões, nas quais eles aparecem em ordem alfabética de autores. Os itens são numerados independentemente da divisão a que pertencem. As referências são sinaléticas, mas completas, incluindo informações sobre o preço, na maioria dos casos. Cada um dos suplementos tem arranjo próprio, segundo a natureza dos documentos que arrola.

O suplemento F — **Publicações Oficiais**, de interesse para este trabalho, tem o seguinte arranjo:

Orçamentos, leis, tratados. Assembléias Constituintes. Cortes e Jurisdições. Administração Central. Administração Local. Administração Ultramarina. Entidades públicas e Empresas nacionalizadas. Países Estrangeiros. Organizações Intergovernamentais.

Os itens são numerados e a sua redação segue as normas de catalogação, transportando as palavras comuns, repetitivas, como Ministérios, Departamentos, Serviços etc. para o final da entrada principal e entre parênteses. Os dados catalográficos são completos e incluído em cada item o número do Depósito Legal. Todos os fascículos terminam com índice — acumulado anualmente — de autores e títulos de anônimos, abrangendo até os suplementos.

A partir de 1972, essa bibliografia passou a se chamar:

Bibliographie de La France — Biblio. Paris, Cercle de la Librairie, 1972 — Obs.: A **Bibliographie de la France** fundiu-se com a bibliografia francesa corrente **Biblio**, que incluía as publicações em francês editadas no mundo e não restrita às publicações recebidas pelo Depósito Legal.

Depois da fusão deixou de ser publicado em folhas soltas, aparecendo em fascículos separados, e até 1974 teve a mesma divisão e organização.

A partir de janeiro de 1975, foi reduzido o número de suplementos, sem no entanto suprimir o suplemento de **Publicações Oficiais**, mudando apenas a sua numeração.

São eles:

Publicações seriadas — 12 números por ano. **Publicações Oficiais** — 6 números por ano. Música — 4 números por ano. Atlas, cartas e plantas — 2 números por ano.

Bibliographie Selective des Publications Officielles Françaises. Paris, La Documentation française. Obs.: Preparada por uma Comissão de redação, compreendendo: responsáveis pelo Serviço de Publicações Oficiais da Biblioteca Nacional, serviço central de Documentação do Instituto Nacional de Estatística, pelos serviços de Documentação da Fundação Nacional de Ciências Políticas da Biblioteca Administrativa da Prefeitura de Paris e pelo Centro de Documentação da Secretaria-Geral do Governo.

De periodicidade quinzenal, sai no dia 15 e no último dia de cada mês, incluindo as Publicações Oficiais administrativas selecionadas. Organizada de acordo com o esquema usado pela **Bibliographie de la France**, em seu suplemento de Publicações Oficiais, excluindo apenas os seus dois últimos itens: VIII. Países estrangeiros e IX. Organizações intergovernamentais e incluindo um Bulletin des Sommaires.

GRÃ-BRETANHA

The British National Bibliography. London, Council of the British National Bibliography, 1950 — Obs.: Bibliografia semanal tendo por base o Depósito Legal. Preparada no British Museum, por técnicos de alto nível, sob a responsabilidade de um Comité de representantes do British Council da Royal Society, de várias Bibliotecas, de associações de bibliotecários, de livreiros e de editores, exclui, no entanto, determinados tipos de publicações, como músicas, mapas, publicações irlandesas e algumas novelas. **Publicações Oficiais** do Governo britânico passam por rigorosa seleção.

Classificada pelo sistema de Dewey, com adaptações, tem índice de autores e de títulos em cada fascículo. No último fascículo do mês aparece completo índice de autores, títulos e assuntos. Os fascículos semanais são acumulados cada três, seis, nove e doze meses. Publica também acumulações de 5 anos.

Catalogue of Government Publications. London, H. M. Stationery Office, 1923 — Obs.: De 1897 a 1922 sofreu várias mudanças em seu título.

De periodicidade anual, substitui o **Government Publications Monthly List**, inicialmente publicado como um catálogo comercial.

Consolidated index to Government Publications, 1936/1940 — London, H. M. Stationery Office. Obs.: Índice acumulado de 5 anos.

Government Publications Sectional List. London, H. M. Stationery Office. Obs.: As Publicações Oficiais aparecem relacionadas por assunto, em fascículos separados (Sectional List), conforme as ilustrações que se seguem.

GANÁ

Ghana National Bibliography, Current. Obs.: Inclui livros, folhetos, Publicações Oficiais, teses, memórias universitárias, cartas e atlas.

GUATEMALA

Anuário Bibliográfico Guatemalteco. Polonsky Celcer, Oscar Enrique. Obs.: Inclui livros, folhetos, Publicações Oficiais, teses, memórias, periódicos (revistas, anais etc.) publicados na Guatemala.

HONG-KONG

List of Government Publications. Obs.: É uma lista de Publicações Oficiais de Hong-Kong, que parece mais um catálogo comercial do que propriamente uma bibliografia. Tem periodicidade irregular e é editada pela Imprensa do Governo. As publicações oficiais ali relacionadas podem ser conseguidas no Centro de Publicações Governamentais ou no Departamento de Imprensa.

ÍNDIA

Indian National Bibliography. Belvidere, Central Reference Library and National Library. Obs.: Publicação mensal com acumulação anual. Está dividida em duas partes: Publicações Gerais. Publicações Governamentais.

Arranjo segundo a classificação decimal, incluindo todas as publicações nas principais línguas indianas, depois de transliteradas as citações para os caracteres latinos. Exclui alguns tipos de materiais, tais como: teses universitárias, cartas, partituras musicais, filmes etc.

INDONÉSIA

Projek Bibliografi Penerbitan. DAN ASING (Projet pour une Bibliographie des publications indonésiennes officielles et des publica-

tions étrangères sur l'Indonésie). Djakarta, Lembaga Ekonomi dan Kemasjarakatan Nasional, 1970.

Bibliografi Pernebitan Pemerintah Indonesia: Biologi Dan Pertanian. (Bibliographie des publications indonésiennes officielles: biologie et agriculture) 1950-1969. Bogor, Bibliotheca Bogoriensis, 1972.

IRAQUE

Iraq National Bibliography. Bagdad, Bibliothèque Centrale de l'Université de Bagdad. Obs.: Inclui livros, brochuras, publicações oficiais e teses universitárias.

ISRAEL

Israel Government Publications. Obs.: O Arquivo Nacional prepara essa bibliografia das publicações do Governo de Israel, em hebreu e inglês.

De 1948 a 1964 foi publicado sem índice. Depois de 1965, o último fascículo trimestral do ano constitui-se de uma acumulação com índice em hebreu e inglês.

ITÁLIA

Publicazioni Edite Dallo Stato e Col Suo Concorso; Catalogo Generale. Obs.: Deveria ser atualizado por meio de suplementos, tendo saído o Suplemento de 1941-1944, em 1969, e em 1973, ainda não se tinha notícia do Suplemento de 1945-1950 projetado.

MALAWI

Malawi Government Gazette. Obs.: Listas semanais de todas as publicações do Estado.

NORUEGA

Bibliografi Over Norges Offentlige Publikasjoner. Oslo, Universitetsbiblioteket, 1957. Obs.: Inclui tanto as publicações do Governo como as publicações editadas às expensas do Governo da Noruega.

PORTUGAL

Bibliografia das Publicações Oficiais Portuguesas. Lisboa, Biblioteca Nacional. 1969. Obs.: Com a Lei nº 2.078, de 21 de dezembro de 1956, através da qual o Estado se empenhava em disciplinar a sua atividade editorial, a Biblioteca Nacional de Lisboa pretendia publicar a bibliografia corrente das publicações oficiais portuguesas, mas

só em 1969 foi concretizada essa aspiração, por ocasião da inauguração do novo edifício da Biblioteca Nacional.

Nos mesmos moldes técnicos do Boletim de Bibliografia Portuguesa, foi feita a bibliografia das Publicações Oficiais com periodicidade anual, abrangendo o 1º volume o período de 1967 e 1968. O seu arranjo é sistemático, usando a Classificação Decimal Universal. Os itens são numerados e os dados catalográficos são completos, dando inclusive preço. As entradas são dadas pelos autores, se pessoais, pelo sobrenome; se entidades, pela palavra mais significativa do seu nome, e na ausência de autor, pelo título (palavra mais significativa do título). O código para localização da obra na Biblioteca Nacional aparece abaixo de cada item, do lado direito. Consta de sigla ou abreviatura da Seção onde se encontra a obra, número da obra ou série e código da série.

Para se ter idéia das siglas adotadas, foi incluída aqui uma parte da lista fornecida pela Biblioteca Nacional de Lisboa à Biblioteca da Câmara dos Deputados. Cada Seção está dividida em 3 séries, de acordo com o formato, a saber: pequeno (P), médio (V) e grande (A). O número intermediário entre a sigla e o formato é o da obra ou série, como dito. Exemplificando, tem-se "S.C. 28015 V", que significa: a obra tem o número 28015 da série de formato médio da Seção Ciências Civis. Essa bibliografia das publicações oficiais não inclui índice, o que dificulta a sua consulta.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Deutsche Bibliographie. Verzeichnis Amtlicher Druckschriften. (Bibliografia alemã. Lista das publicações oficiais.)

SINGAPURA

Singapore National Bibliography. Singapore, National Library, 1969. Obs.: É publicação anual, incluindo: livros e brochuras à venda, como manuais, livros para crianças, catálogos de exposições artísticas etc. — livros e brochuras não destinadas à venda, como publicações de partidos políticos, relatórios e estatutos de Associações etc. Publicações Oficiais (i) à venda (ii), distribuição gratuita ou (iii) à distribuição limitada. São excluídas as publicações oficiais regulares, leis, projetos de leis, textos legislativos em geral, discursos parlamentares, jornais oficiais e publicações de circulação restrita.

Annotated Bibliography of Economic And Social Material In Singapore. Part 1. Government Publications, by Joyce Challis. 2. ed. Singapore, Economic Research Centre of University of Singapore, 1969.
Annotated Bibliography of Economic And Social Material In Sabah

(North Borneo) And Sarawak. Part 1. Government Publications, by Joyce Challis. Singapore, Economic Research Centre of University of Singapore, 1969. Obs.: Não são bibliografias correntes, mas atualizadas por novas edições e incluídas aqui como exemplo de bibliografia de publicações oficiais especializadas.

SUÉCIA

Arsbibliografi Over Sveriges Offentliga Publikationer, Utg. Av. Riksdags Biblioteket, 1931-1933 — Stocolm, Beckans, 1934 Obs.: Bibliografia anual das publicações oficiais da Suécia.

TAILÂNDIA

List of Thai Government Publications. Bangkok, 1958.

UGANDA

Library Bulletin and Accessions List. Makerere University College Library. Obs.: A Makerere University College Library exerce as funções de Biblioteca Nacional de Uganda, sendo depositária de todo o material recebido a título de Depósito Legal.

O Library Bulletin and Accessions List, publicação trimestral, inclui: livros, brochuras e publicações oficiais.

Os livros e artigos sobre Uganda são incluídos no **Uganda Journal**, editado pela Uganda Society.

Panorama da Bibliografia Brasileira Corrente de Publicações Oficiais

Falando sobre a bibliografia brasileira corrente, na IV Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, maio de 1974, a presidente do IBBB, Hagar Espanha Gomes e sua assessora técnica, Lia M.A. Frota, afirmam:

“Um dos piores males que o Brasil vem sofrendo é o da perda de sua memória. Esta perda é significativa não só pelo próprio ato de perder documentos — antigos, raros etc. — por extravio, falta de conservação, roubo etc., mas pelo fato muito mais grave de não termos sequer uma idéia **do que perdemos, ou de quanto perdemos.**”

Se é essa a situação da bibliografia brasileira corrente geral, que tem a sua realização na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com a força da lei do Depósito Legal, o que se pode dizer sobre a bibliografia brasileira de publicações oficiais? Há muito que o Go-

verno Federal se preocupa com o problema de suas Publicações Oficiais, sem, no entanto, solucioná-lo.

Fazendo um retrospecto da legislação brasileira, ali se encontra uma série de leis, decretos, portarias, resoluções etc., não só criando ou reestruturando órgãos para cuidarem das publicações do Governo, como também tentativas para racionalização e sistematização das mesmas.

Pelo Decreto nº 2.130, de 12 de abril de 1940, o Governo Federal incorporou as oficinas e serviços gráficos federais à Imprensa Nacional, que deveria registrar em seu **Boletim Bibliográfico**, criado pelo Decreto nº 19.883, de 25 de outubro de 1945, o aparecimento de todas as publicações custeadas pela Administração Federal.

O Decreto nº 84.679, de 18 de janeiro de 1946, criou a Seção de Publicações Oficiais na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tendo como uma de suas atribuições, a manutenção do acervo de publicações oficiais nacionais e estrangeiras, campo posteriormente restringido às publicações oficiais brasileiras de administração, legislação e jurisprudência.

Projeto de Lei nº 3.746-A, de 1966, da Câmara dos Deputados, que estabelecia em sua Biblioteca o depósito legal das obras impressas sob a responsabilidade dos governos da União, dos Estados e dos Territórios Federais, autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e fundações, e sua divulgação no **Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Câmara dos Deputados**.

Portaria nº 31-BSB, de 21 de janeiro de 1971, em que o Ministro da Educação e Cultura, numa tentativa de racionalizar e sistematizar as publicações do seu Ministério, aprovou a execução de programa editorial reduzindo o número das mesmas.

Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, da Câmara dos Deputados, que cria a Seção de Recebimento e Controle das Publicações Nacionais na Coordenação de Biblioteca do Centro de Documentação e Informação, tendo entre suas atribuições, a manutenção da coleção de publicações editadas por entidades brasileiras da Administração pública centralizada e descentralizada, o preparo de lista mensal dessas publicações e o seu encaminhamento ao Diretor da Coordenação de Publicações, para divulgação.

Norma de execução DA/DD nº 001 (Ministério da Fazenda. Departamento de Administração. Divisão de Documentação), de 28 de fevereiro de 1973, diretrizes biblio-editorial-gráficas para a elaboração e publicação de livros e folhetos do Ministério da Fazenda, segundo as normas técnicas atualizadas da ABNT.

Em 28 de março de 1973, o mesmo Ministério da Fazenda, expediu a Norma de execução DA/DD 002, extendendo as diretrizes biblieditorial-gráficas para a elaboração e apresentação de suas publicações periódicas.

Circular nº 8, de 5 de novembro de 1974, do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, dirigida aos órgãos da Administração federal direta e indireta, recomendando:

— imediata suspensão de quaisquer publicações que não tenham finalidade pública bem definida;

— estabelecimento de periodicidade mínima trimestral para as edições, salvo casos excepcionais justificados;

— remessa ao Gabinete Civil da Presidência da República de relação trimestral dos periódicos em circulação, a contar de 1º de janeiro de 1975, especificando: nome, órgão responsável, finalidade, formato, número de páginas, papel utilizado, periodicidade, tiragem, despesa por edição, origem dos recursos utilizados e critério de distribuição.

Todas essas providências são válidas, mas por enquanto infrutíferas e ainda hoje não existe um órgão que cuide dessa crescente produção bibliográfica das entidades governamentais federais, estaduais e municipais. Examinando a bibliografia brasileira corrente, pode-se notar a quase total despreocupação pelo registro das Publicações Oficiais, com exceção do **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional** que, de 1954 a 1964, assinala com asteriscos os periódicos oficiais relacionados anualmente.

A primeira tentativa de bibliografia brasileira foi levada a efeito por Alfredo do Valle Cabral com os **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822**, não deixando de ser também a primeira tentativa de bibliografia brasileira de Publicações Oficiais, pois nela o autor faz a descrição bibliográfica das obras publicadas pelo Departamento de Imprensa Nacional, de 1808 a 1822.

Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1918. Sob a direção do Dr. João Saldanha da Gama, foi publicado o 1º **Boletim** das **Aquisições mais importantes feitas pela Biblioteca Nacional...**, em 1886, dividido em 4 partes: Seção de Imprensa, Seção de Manuscritos, Seção de Estampas e Numismática.

A 2ª Série, já com o nome de **Boletim Bibliográfico**, teve início em 1918.

Foi por alguns anos de periodicidade irregular, sofrendo várias interrupções: 1922-1930, 1932-1937, 1939-1944, 1946-1950 e 1968-1972. De 1951 a 1967 teve periodicidade semestral.

Em 1951, na administração do Dr. Eugênio Gomes, inicia-se uma nova série, na qual destacam-se entre outras alterações, as seguintes:

— Inclusão de todas as obras recebidas por Contribuição Legal (livros, folhetos, teses, Publicações Oficiais, mapas, músicas etc.) independente do ano de publicação;

— ampliação de informações no que diz respeito aos periódicos (sob esse aspecto, os acréscimos foram incluídos aos poucos, apresentando dados mais completos o volume relativo ao 2º semestre de 1954, inclusive asteriscos assinalando as Publicações Oficiais, atendendo a um pedido ponderável encaminhado à direção da Biblioteca, tendo o uso permanecido até 1964).

Inicialmente foi usada a Classificação Decimal Universal para o arranjo, passando, em 1947, a ser classificado pela Classificação Decimal de Dewey, como até hoje. Os itens não são classificados individualmente, sendo dispostos em ordem alfabética sob a classificação geral.

Na redação dos itens, que por sua vez são numerados, em alguns anos foram adotadas as normas de catalogação e em outros, as normas de referência bibliográfica.

Inclui índice de autores e biografados.

A partir de 1973, por força do convênio com o Instituto Nacional do Livro, que lhe transferiu pessoal e recursos orçamentários, a Biblioteca Nacional fica responsável exclusiva da elaboração e divulgação da bibliografia brasileira corrente, tendo a **Bibliografia Brasileira Mensal** sido absorvida pelo **Boletim Bibliográfico**.

Continua classificada pelas classes mais gerais do sistema de Dewey e passou a ter periodicidade trimestral.

No 4º e último trimestre do ano, traz relação alfabética dos periódicos recebidos durante o ano, ao invés de lista classificada, como antes.

As Publicações Oficiais continuam sendo incluídas, mas sem nenhum destaque ou preocupação de constituir-se em registro completo das mesmas, como sempre aconteceu, desde a sua criação.

Bibliografia Brasileira. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1941 — Irregular.

O primeiro volume, correspondente aos anos de 1938/1939, foi publicado em 1941. Apresentada em forma de catálogo-dicionário, incluía, nos primeiros volumes, referências completas, tanto nas entradas de autores, como nas entradas de assuntos e títulos; nos últimos

volumes, porém, somente as entradas de autores têm informações completas. O último volume publicado em 1959, corresponde ao ano de 1955. A partir de 1956, com o início da publicação periódica do Instituto Nacional do Livro, **Revista do Livro**, a bibliografia passou a ser publicada nas páginas coloridas dessa Revista, sob o título: **Bibliografia Brasileira Corrente**, apresentando as referências bibliográficas sistematicamente de acordo com a Classificação Decimal de Dewey.

Para facilitar às bibliotecas o trabalho de catalogação e classificação de seus acervos, indica as fichas secundárias que devem ser elaboradas para a composição do catálogo-dicionário e os respectivos índices de classificação. Para os anos de 1962 a 1966, foram publicadas separatas da **Bibliografia Brasileira Corrente**, sob o Título de **Bibliografia Brasileira**.

Em 1967, surge o primeiro fascículo da **Bibliografia Brasileira Mensal**, tendo sido publicada até 1972, quando então o seu editor, o Instituto Nacional do Livro, assina convênio com a Biblioteca Nacional, ficando estabelecido que essa retomaria a publicação do seu **Boletim Bibliográfico**, a partir de 1973, e o Instituto faria cessar a publicação da **Bibliografia Brasileira Mensal**, em dezembro de 1972.

Em todas essas fases da Bibliografia editada pelo Instituto Nacional do Livro, encontra-se a inclusão das Publicações Oficiais, sem destaque e em número bastante reduzido.

Boletim Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, A Estante Publicações, 1952/1953 — Bimestral até 1957 e mensal de 1958 em diante. A princípio apenas bibliografia, o BBB, como é mais conhecido, transformou-se, em 1958, numa revista literária, com fotografias, reportagens e artigos sobre literatura e o mercado livreiro. A "Resenha Bibliográfica" procura abranger tanto as publicações comerciais como as governamentais.

As referências bibliográficas são detalhadas, incluindo o preço e o número específico de cada publicação, de acordo com o sistema de classificação de Dewey, sendo essas referências agrupadas pelas classes gerais do mesmo sistema. Há um índice alfabético de títulos em cada fascículo. Inclui também muitos anúncios de editores e livreiros.

ESTADOS UNIDOS. Library of Congress.

A guide to the Official Publications of the other American Republics. III. Brazil, compiled by John De Noia. Washington, 1943. 217 p. (Latin American series, 35).

Embora não sendo uma bibliografia corrente, não se pode deixar de citar aqui esse levantamento de Publicações Oficiais brasileiras, editado nos Estados Unidos, em 1948.

Compilado por John De Noia, nem na época de sua edição representava um levantamento completo das Publicações Oficiais brasileiras mas não deixa de ser uma contribuição para um levantamento retrospectivo, retratando as publicações que existiam na Biblioteca do Congresso daquele país.

Está dividido em 3 partes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Outros Órgãos. Os itens são relacionados em ordem alfabética⁷ de títulos, quando são encabeçados pelo órgão oficial autor ou editor, e pelos nomes dos autores individuais, quando são apenas editados pelo órgão oficial. Os dados sobre as publicações são completos, dando a classificação da Library of Congress e o número de sua ficha impressa.

LOMBARDI, Mary. **Brazilian serial documents: a selective and annotated guide.** Bloomington, Indiana University Press, 1974. 445 p. (Indiana University Latin American Studies Program).

Esse é outro levantamento retrospectivo das Publicações Oficiais brasileiras, surgindo nos Estados Unidos, que não pode deixar de ser citado e comentado por constituir o mais recente e, pode-se dizer, único levantamento das publicações periódicas e seriadas selecionadas do Governo brasileiro.

Nada mais expressivo para a análise dessa obra, que a recensão feita por Juracy Feitosa Rocha, bibliotecária Diretora da Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados e professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, publicada na **Revista de Biblioteconomia de Brasília** e que aqui se transcreve, com a autorização da autora.

"Guia das publicações oficiais brasileiras — periódicas e seriadas — de valor para a pesquisa. Reúne 1.367 títulos editados, em nível de administração federal, no período de 1961 a 1971, exceção feita para os que, embora interrompidos antes desse período, completam a história do órgão editor.

A bibliografia, valorizada pelo seu arranjo, pela limitação a publicações periódicas e seriadas e somente às emanadas de repartições federais, torna-se objetiva e de fácil consulta. É abrangente e dispensa consulta a outras fontes.

O conceito orientador do arranjo da bibliografia de que as publicações oficiais "podem ser mais bem compreendidas se relacionadas

com a finalidade e organização do órgão editor" é realmente o que melhor espelha o complexo editorial dos órgãos da administração pública.

A realidade das publicações oficiais brasileiras foi muito bem acompanhada por Mary Lombardi. Seu espírito observador não deixou de anotar os problemas advindos da multiplicidade de documentos administrativos, com implicação na mudança dos nomes das repartições e de sua vinculação, dificultando a identificação e localização de suas publicações.

Dentre as publicações oficiais, escolheu bem a autora a parte de periódicos e de publicações seriadas; as monografias, cujas tiragens, não raro, são pequenas, desaparecem de circulação em tempo exíguo, e os catálogos dos editores oficiais não auxiliariam a pesquisa desses documentos, já que são de difícil obtenção ou mesmo inexistentes.

A exclusão das monografias e das publicações oficiais estaduais, ao invés de enfraquecerem o trabalho de Mary Lombardi, tornaram-no mais objetivo. Seria aventura compilar bibliografia de todas as publicações oficiais, mesmo em período delimitado, pois a grande massa de monografias e folhetos nos catálogos oficiais torna claro que a tarefa seria inexecutável. O levantamento desse material bibliográfico deverá caber a instituições da administração pública que contarão com a máquina burocrática e com o possível depósito legal.

Outras omissões estão justificadas pela autora: periódicos das universidades federais, suas faculdades e escolas, publicações de cunho estritamente administrativo ou para uso interno, periódicos integrados por traduções de artigos estrangeiros e listas de aquisições de bibliotecas, a menos que incluam material válido para a pesquisa.

Vale registrar que o histórico que acompanha cada órgão administrativo — com a indicação da legislação básica (atos de criação, organização, atribuições, reforma e extinção) — é imprescindível ao melhor entendimento das finalidades da própria repartição e de suas publicações.

Os repertórios, nacionais e estrangeiros, que objetivamente se reportam às publicações oficiais brasileiras, foram explorados pela autora; contudo, a obra é mais de investigação do que mesmo de compilação. Não é segredo que o livro oficial, em quase sua totalidade, não tem sido representado em nossa bibliografia nacional e nem registrado em catálogos.

Os itens numerados, com apresentação técnica eficiente, apresentam os dados essenciais de cada título, acrescido de notas de con-

téudo, periodicidade, numeração irregular dos volumes, informações particulares (como substituído, suspenso etc.), variação de título, remissivas para outros títulos referenciados, fontes em que tenham sido indexados e citação em outras bibliografias. Anotação cuidadosa e bem explícita. A obra se completa por índice de títulos das publicações e nomes das entidades, com uma rede de remissivas e referências muito cuidadosa, em uma única ordem alfabética; siglas títulos antigos, subtítulos dos periódicos e das séries, nomes antigos das repartições para os atualmente adotados.

Obra de referência indispensável aos pesquisadores interessados na administração pública brasileira, às bibliotecas especializadas e públicas e aos órgãos editores oficiais, que terão uma visão conjuntural das publicações oficiais brasileiras — periódicas e seriadas."

BIBLIOGRAFIAS, CATÁLOGOS E LISTAS DE ALGUNS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS BRASILEIROS

1. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Trabalhos publicados pelo BNB**. Fortaleza, 1972. 24 p.
2. ———. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. **Sumário dos Trabalhos publicados pelo BNB**. Fortaleza, 1962. 36 p.
3. BRASIL. Congresso. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Catálogo de publicações**. Brasília, 1974. 167 p.
4. ———. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. **Catálogo geral das publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950. 32 p. (Publicação n.º 96)
5. ———. DASP. **Catálogo de publicações do DASP, seguido de uma lista de títulos de obras editadas pelo DASP de 1938 a 1946**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1947. 82 p.
6. ———. ———. **Atualizado até 30-4-54**. Rio de Janeiro, 1954. 124 p.
7. ———. ———. **Atualizado até 31-7-56**. Rio de Janeiro, 1958. 153 p.
8. ———. **Obras publicadas no período de 1.º-8-55 a 30-11-57**. Rio de Janeiro, 1958. 24 p.
9. ———. **Lista de publicações disponíveis**. Brasília, CENDOC, 1971-
10. ———. Departamento de Imprensa Nacional. **1.ª mostra de livros; comemoração do 134.º aniversário da fundação do Estabelecimento**. Rio de Janeiro, 1941-
11. ———. **150 anos de tipografia oficial; seleção de cento e cinquenta livros e periódicos impressos de 1808 a 1958, nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro, 1958, 1 v. "Exposição comemorativa do sesquicentenário da criação do Departamento de Imprensa Nacional".
12. ———. **Relação de obras**. Rio de Janeiro, 1963. 40 p.
13. ———. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Catálogo das publicações (até 1945)**. Rio de Janeiro, 1946. 80 p.
14. ———. **Publicações do Departamento Nacional da Produção Mineral**. Rio de Janeiro. 1956. 76 p.
15. ———. DNOCS. **Catálogo das publicações editadas pelo DNOCS**. Rio de Janeiro. 1960. 49 p. (Publicação n.º 193, Sér. I, E) "Separata do Boletim do DNOCS, n.ºs 2 e 4".
16. ———. Exército. Estado-Maior. **Bibliografia das publicações do Exército**. Rio de Janeiro, Secretaria do Ministério da Guerra, 1963. Esta bibliografia vem sendo publicada com periodicidade irregular no **Boletim do Exército**.
17. ———. Ministério da Agricultura. Coordenação de Informação Rural. **"Listas mimeografadas de suas edições"**.

18. ———. Ministério da Educação e Cultura. **Catálogo das publicações do Serviço de Documentação, 1947/1965**, org. pelos bibliotecários Xavier Placer, Edson Nery da Fonseca e José Alcides Pinto. Rio de Janeiro, 1965. 156 p.
19. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Setor de Documentação. **Catálogo de publicações do MINIPLAN**. Rev. e atual. até 31-5-69. Rio de Janeiro, 1969. 35 p.
20. ———. **Publicações oficiais e governamentais**. MINIPLAN. 1969/73. Lista mimeografada para atualização do Catálogo.
21. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Catálogo de publicações, 1974**. Brasília, 1974. 140 p. Processado por computador difere dos catálogos tradicionais por assunto. Todas as publicações figuram nas três partes em que se divide: 1. Índice misto de autor, assunto e série, em ordem alfabética; 2. Índice de títulos em ordem alfabética; 3. Relação das publicações em ordem numérica de 0001 a 0249. O índice misto é uma adaptação do KWOC (Key-Word-Out-of-Context), isso é, palavra-chave-fora-do-contexto.
22. ———. **Guia de publicações da FGV, 1944/74**. Compilado pela Biblioteca. Rio de Janeiro, 1974. 538 p. Processado por computador, constitui uma espécie de inventário multifacetado do Arquivo Bibliográfico da Fundação. Inclui o material impresso ou mimeografado editado pela Fundação desde 1945, início de suas atividades editoriais, num total de 1.254 títulos. Está dividido em 6 partes: lista de siglas, referências bibliográficas, índices de autores, de assuntos, de títulos e cronológico.
23. FUNDAÇÃO IBGE. **Catálogo de publicações**. Rio de Janeiro, 1975- Trim.
24. GRUPO DE ESTUDOS PARA INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES. **Bibliografia dos trabalhos elaborados pelo GEIPOT e por consultores por ele contratados**. In: ———. **Bibliografia brasileira de transportes, 1969/72**. Rio de Janeiro, 1973. p. 277-93.
25. INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. **Lista de publicações à venda**. Rio de Janeiro, 1972. Periodicidade irregular.
26. INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS. **Catálogo das publicações do I.P.R.** Rio de Janeiro, 1966. 175 p.
27. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Serviço Editorial. **Catálogo de edições — 74**. Rio de Janeiro, 1974.
28. ———. Setor de Documentação. **Documentos e trabalhos técnicos editados pelo IPEA**. Rio de Janeiro, 1972. 35 f.
29. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. **Catálogo das coedições do Instituto Nacional do Livro, 1971/74**. Brasília, 1974. 252 p.
30. ———. **Catálogo las publicações do Instituto Nacional do Liúro, 1939/73**. Brasília, 1974. 175 p.
31. PETROBRÁS. Setor de Documentação. **Publicações editadas pelo SEDOC**. Rio de Janeiro, 1973. 71 p.
32. SUDENE. Departamento de Recursos Humanos. **Catálogo das publicações editadas pelo DRH/SUDENE, 1962/70**. Recife, 1970. 187 p.
33. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola de Comunicações e Artes. **Catálogo da editoria de textos, 1972**. São Paulo, 1972. 51 p.

Diretrizes para Implantação de um Sistema de Controle e Divulgação das Publicações Oficiais Brasileiras

Analisando o que foi exposto nos tópicos anteriores, com referência às Publicações Oficiais brasileiras, pode-se deduzir que o maior problema é a ausência de um plano geral que permita estabelecer um sistema eficiente de controle das publicações do Governo, sistema este operado por um corpo executivo dotado de poderes suficientes para determinar as diretrizes e orientar toda a estrutura desse sistema.

Esse é também o pensamento dos que cuidam e utilizam das Publicações Oficiais nos Estados Unidos ao sentirem necessidade de uma reformulação do seu programa, há anos em execução.

Para estudar e desenvolver um plano nacional de recebimento, controle e divulgação das Publicações Oficiais brasileiras, é necessário constituir, inicialmente, uma Comissão interpoderes, composta de elementos do Legislativo, Executivo e Judiciário, que trabalhe com a devida profundidade e pelo tempo que for necessário à implantação e execução desse plano.

As próprias fontes de informações proporcionadas pelo Governo e os elementos mais categorizados a serem solicitados para participar das decisões poderão ser exatamente aqueles que utilizam as informações.

Há muito que a Biblioteca da Câmara dos Deputados vinha sentindo a necessidade de caminhar em direção de uma supervisão geral das disponibilidades de informações governamentais e de seu controle. Assim, envolvida pelos problemas relacionados com a Publicação Oficial, tão solicitada, prepara-se para ser a depositária nacional das Publicações Oficiais e editora de um catálogo periódico das mesmas.

Um dos pontos que deve ser lembrado é o Depósito Legal. E por que não trazer de volta à discussão o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 3.746-A, de 1966 (Anexo 1), aprovado pela Câmara e não apreciado pelo Senado Federal?

Talvez o melhor e mais simples fosse abordar apenas o Depósito Legal das Publicações Oficiais, pretendido pela Biblioteca da Câmara, aproveitando alguns dos tópicos daquele projeto.

A Circular nº 8, de 5 de novembro de 1974, do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, determina a remessa trimestral ao seu Gabinete da lista dos periódicos em circulação, editados pelos órgãos da Administração direta e indireta.

A sua extensão às publicações avulsas, não só impressas como mimeografadas ou multicopiadas por qualquer sistema, seria uma forma de controle oficial do qual a Biblioteca depositária nacional pudesse valer-se.

A cooperação dos órgãos oficiais editores é indispensável, mantendo também as listas ou catálogos de suas próprias edições. Isso facilitaria o cumprimento da Circular nº 8/74 citada, como conseqüentemente resultaria num automático envio dos exemplares publicados à depositária nacional, de posse do Depósito Legal almejado.

Outro meio importante de controle é a adoção do Sistema Normalizado para Numeração de Livros, em desenvolvimento pela Comissão de Documentação da ABNT, estudado e divulgado pela professora Lia M. Frota, bibliotecária Assessora Técnica da Presidência do IBBB, entrando assim o Brasil no contexto internacional do controle bibliográfico, ou seja, do ISBN — International Standard Book Number, e do ISSN — International Standard Serial Number.

Para maior rapidez e viabilidade de controle eficiente e atualizado, deve ser adotado um tratamento simples e funcional para essas Publicações, atingindo os seus principais objetivos: a identificação das publicações do Governo e orientação sobre como utilizá-las ou obtê-las. Foi o que procuramos adotar no esquema que se segue.

Esquema do Catálogo de Publicações Oficiais Brasileiras

As partes introdutórias e índices de autores, editores, títulos, séries e assuntos, que deverão constar de cada fascículo mensal, não constam deste esquema, mas apenas a parte da bibliografia propriamente dita.

Dividida em 3 partes principais: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, os órgãos estão relacionados por sua hierarquia administrativa, sendo obedecida a ordem alfabética, quando se trata de órgãos do mesmo nível dentro de cada Ministério.

A forma de entrada dos órgãos oficiais editores ou autores é a forma direta e completa de seus nomes, acompanhados de endereço. Quando aparecer pela primeira vez a citação de um órgão novo criado ou modificado, a ocorrência constará dessa entrada. Os documentos estão relacionados alfabeticamente pelos seus títulos, subordinados aos seus autores ou editores oficiais. As entradas ou itens estão numerados independentemente do órgão a que pertencem, obedecendo a uma seqüência numérica anual.

De cada item, que representa um documento, consta: título, autor (se difere do órgão que o encabeça), edição (se não for a primeira), local, editor e não impressora (se difere do órgão que o encabeça), data da edição, paginação ou volume, ilustração indicada apenas pela abreviatura **ilust.**), formato, código de localização, número do Depósito Legal, número da publicação de acordo com o Sistema Normalizado de Numeração de Livros, e sinais convencionais, que indicam: onde podem ser adquiridas, se são reservadas ou distribuição restrita, se são de distribuição gratuita ou distribuição gratuita para alguns órgãos ou pessoas. Esses sinais poderão ser estudados e estabelecidos de acordo com as necessidades do sistema.

Assim como o código de localização não foi abordado aqui, por constituir um detalhe, que requer estudos especiais, antes de sua aplicação.

Os dados citados acima são essenciais e aplicam-se aos livros, folhetos, impressos em geral.

Para outro tipo de material, como mapas, audiovisuais etc., alguns daqueles dados serão abolidos e outros empregados.

Quanto aos dados sobre Depósito Legal, Sistema Normalizado de Numeração de Livros, código de localização e código sobre disponibilidade de cada item, só aparecem indicados no primeiro item deste esquema, por não estarem ainda determinados. Os títulos, como elementos de destaque das entradas, devem aparecer em tipos diferentes e por isso foi utilizado o grifo.

CATALOGO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Praça dos 3 Poderes — Brasília, DF

1. **O Brasil como fonte de abastecimento no ano 2000**; discurso proferido nas sessões de 12 e 23-9-75, pelo deputado Jorge Arbage. Brasília, 1975. 32 p.

DIRETORIA LEGISLATIVA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

2. **Do Processo legislativo**; ciclo de conferências sobre a prática legislativa (14 de abril a 28 de maio de 1971) Brasília, 1972. 596 p. ilust.

DL SNNL COD. LOC. COD. DISPONIBILIDADE
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

3. **Deputados brasileiros**; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados, oitava Legislatura (1975-1979) Brasília, 1975. 455 p. ilust.

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DA AMAZÔNIA

4. **Programa de atividades da Comissão da Amazônia para 1975**; formulação preliminar. Brasília, 1975. 41 p.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

5. **Relatório de viagem da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados às fronteiras Oeste e Norte do País**. Brasília, s.d. 24 p.

COMISSÃO ESPECIAL DO POLÍGONO DAS SECAS

6. **Palestras proferidas pelos Secretários de Agricultura da Região Nordeste**. Brasília, 1971. 262 p. (Série Comissões Especiais, 4)

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE POLUIÇÃO AMBIENTAL

7. **Poluição ambiental**; palestras proferidas na Comissão Especial sobre Poluição Ambiental, durante o ano de 1973. Brasília, 1975. 436 p.

SENADO FEDERAL
Praça dos 3 Poderes — Brasília, DF

8. **Senadores, dados biográficos**; oitava Legislatura, 1975-1979. Brasília, 1975. 277 p.

DIRETORIA GERAL
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

9. **Código Penal, quadro comparativo.** Brasília, 1974. 255 p.
10. **Legislação constitucional e complementar, com legislação citada e sinopse.** Brasília, 1972. 376 p.
- SECRETARIA DE INFORMAÇÃO
SUBSECRETARIA DE BIBLIOTECA
11. **Catálogo da Biblioteca do Senado Federal;** obra comemorativa do VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Brasília, 1975. 3 v. em 5.
- SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL
12. **Estudos sobre a dominialidade das terras do Distrito Federal.** Brasília, 1972.
- SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
13. **Manual de autoridades e siglas.** Brasília, 1974.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Esplanada dos Ministérios — Brasília, DF
14. **Parecer prévio sobre as contas do Presidente da República, Clóvis Pestana.** Brasília, 1971.
15. **Tomada de contas de ordenadores de despesa e responsáveis por almoxarifados; portaria n.º 390, de 17-10-1973, portaria n.º 547, de 28-12-1973.** Brasília, 1973. 23 p.
- PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Palácio do Planalto — Brasília, DF
AGÊNCIA NACIONAL
SCS — Ed. Antônio Venâncio da Silva, 9.º/11.º
Brasília, DF
16. **Realizações governamentais; metas.** Rio de Janeiro, 1958. 91 p.
- CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA
SCS — Ed. Alvorada — Brasília — DF
17. **Anistia.** Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1963. (Cópia xerográfica)
18. **Documentação legislativa sobre a Consultoria Geral da República.** Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1963.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL (DASP)
Esplanada dos Ministérios — Bloco 7 — Brasília — DF
19. **Administração de pessoal no serviço público federal em novo enfoque.** Brasília, 1974. 96 p.
20. **Pessoal requisitado.** Brasília, 1974. (Instrução normativa, 18)
21. **Transformação de cargos em comissões e funções gratificadas.** Brasília, 1974. (Instrução normativa, 19)
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Esplanada dos Ministérios — Bloco 7 — Brasília — DF
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
22. **Classificação funcional programática; legislação, conceitos, exemplos.** Brasília, 1975. 160 p.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDE)
Av. Rio Branco, 53 — Rio de Janeiro, RJ
23. **Painéis internacionais, sobre desenvolvimento sócio-econômico.** Rio de Janeiro, APEC, 1974.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD)
Av. General Justo, 171 — Rio de Janeiro, RJ
24. **Bibliografia brasileira de direito.** Rio de Janeiro, 1970.
25. **Lista geral de cabeçalhos de assuntos,** Rio de Janeiro, 1973.
26. **Siglas brasileiras;** dicionário de entidades e publicações. Comp. por Marilena de Castro França e Walkíria de Almeida. Rio de Janeiro, 1970. 517 p.
- MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
27. **O Museu Goeldi no ano do sesquicentenário.** Belém, 1973. (Publicações avulsas, 20)
28. **Programa nacional de pesquisas arqueológicas; resultados preliminares do quinto ano, 1969-1970.** Belém, 1974. 188 p. ilust. (Publicações avulsas, 26)

FUNDAÇÃO IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 — Rio de Janeiro, RJ

29. **Anuário estatístico do Brasil, 1974.** Rio de Janeiro, 1974. 957 p. ilustr.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)

SBS — Ed. do BNDE — Brasília, DF

30. **A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos, 1967/73**, por Carlos von Doellinger e outros. Rio de Janeiro, 1974. 168 p. (Relatório de pesquisa, 22)
31. **Poliuição industrial no Brasil.** Brasília, 1975, (Estudos para o planejamento, 12)
32. **Tecnologia moderna para a agricultura.** Brasília, 1973. 2 v. (Estudos para o planejamento, 7 e 11)

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Esplanada dos Ministérios — Bloco M — Brasília, DF

33. **Normas para projetos de infra-estrutura de aeroportos.** Rio de Janeiro, 1967.

CENTRO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

34. **Espaço aeronáutico.** Rio de Janeiro, 1974.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Esplanada dos Ministérios — Bloco 8 — Brasília, DF

35. **A agricultura brasileira e a política nacional de desenvolvimento.** Brasília, 1970.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (DEMET)

Bairro do Cruzeiro — Eixo Monumental — Brasília, DF

36. **Bibliografia sobre meteorologia do Nordeste.** Rio de Janeiro, 1973. 33 p.
37. **Dados de balão piloto; dados diários e média mensal.** Brasília, 1973. 211 p.
38. **Fatores meteorológicos relacionados com a ferrugem do café;** relatório do Grupo de Trabalho criado pela Comissão de Meteorologia Agrícola da Organização Meteorológica Mundial. Brasília, 1974. 32 p.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAGEM (CIBRAZÉM)

SBN — Palácio do Desenvolvimento — Brasília, DF

39. **Pesquisa básica para um programa global de armazenagem intermediária.** Rio de Janeiro, s.d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF)

SBN — Palácio do Desenvolvimento — Brasília, DF

40. **Diretrizes para o problema do carvão vegetal na siderurgia.** Brasília, 1973. 102 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)

SBN — Palácio do Desenvolvimento — Brasília, DF

41. **A Amazônia e sua colonização.** Brasília, 1973.
42. **Contribuição sindical rural.** 2. ed. Brasília, 1973.
43. **Plano de padronização contábil para as cooperativas brasileiras, PLANCOOP.** Brasília, 1972.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB)

SBN — Palácio do Desenvolvimento — Brasília, DF

44. **As calamidades brasileiras;** histórico, atendimento, legislação. Rio de Janeiro, SUNAB/USAID, 1971. 85 p.
45. **A tormenta de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, 21 de junho de 1972.** Rio de Janeiro, 1972. 20 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC)

Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília, DF

46. **Aspectos da organização e funcionamento da educação brasileira.** Brasília, 1974.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

SAS — Av. L-2 Sul — Bloco 9 — 6.º andar — Brasília, DF

47. **Reforma do ensino 1.º e 2.º graus.** Brasília, 1971.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua da Imprensa, 16 — Palácio da Cultura — 3.º — Rio de Janeiro, RJ

48. **Empresas e estações de radiodifusão e radiotelevisão em 31-12-64** — Rio de Janeiro, 1965.

- DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS
Rua da Imprensa, 16 — Palácio da Cultura — 5.º — Rio de Janeiro, RJ
49. **7 brasileiros e seu universo; artes, ofícios, origens, permanências.** Brasília, 1974.
- BIBLIOTECA NACIONAL
Av. Rio Branco, 219/39 — Rio de Janeiro, RJ
50. **Quatro séculos do Rio de Janeiro; exposição comemorativa do IV Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro, 1565-1965.** Rio de Janeiro, 1965.
51. **O romance brasileiro; catálogo da exposição.** Rio de Janeiro, 1974.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
Rua São Clemente, 134 — Botafogo — Rio de Janeiro, RJ
52. **Rui e a economia brasileira, por Manoel Pinto de Aguiar.** Rio de Janeiro, 1973.
- DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS (DAU)
Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília, DF
COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO E CONTROLE
53. **Catálogo geral das instituições de ensino superior, 1973.** Brasília, 1974.
- DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO
54. **Normas sobre correspondência, comunicação e atos oficiais, por Cauby de Souza.** Brasília, 1972. 253 p. Ilust.
- INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL)
SDS — Ed. Venâncio V — 3.º — Brasília, DF
55. **Calendário cívico-cultural 1969.** Rio de Janeiro, 1969. 153 p.
56. **Catálogo de publicações do Instituto Nacional do Livro, 1939/1973.** Brasília, 1974. 175 p.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA
Esplanada dos Ministérios — Bloco 5 — Brasília, DF
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
57. **Indicador das publicações do Ministério da Fazenda, 1968-1974.** Rio de Janeiro. 1975. 143 p.
- SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Esplanada dos Ministérios — Bloco 5 — 2.º, 4.º, 6.º, 7.º e 9.º andares — Brasília, DF
58. **Os tecnocratas; um estudo sobre os técnicos de tributação —** Rio de Janeiro, 1970.
- SERVIÇO DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SCS, Edifício Zarife — Brasília, DF
59. **Legislação sobre patrimônio imobiliário da União.** 2. ed. Rio de Janeiro, 1970. 885 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL
SBS — Ed. Banco do Brasil
SCS — Ed. União e Ed. Banco Central I e II — Brasília, DF
GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO DE CRÉDITO RURAL E INDUSTRIAL
60. **Manual de crédito rural — MCR.** Brasília, 1974.
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO (MIC)
Esplanada dos Ministérios — Bloco 6 — Brasília, DF
- COMISSÃO EXECUTIVA DO SAL
Av. Rio Branco, 311, 8.º — Rio de Janeiro, RJ
61. **Bibliografia brasileira do sal, 1963/1973.** Rio de Janeiro, 1973.
62. **A conjuntura do sal em 1974.** Rio de Janeiro, 1975. 61 p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR)
Praça Mauá, 7 — 11.º — Rio de Janeiro, RJ
DIRETORIA PARA ASSUNTOS TURÍSTICOS
63. **Matrizes de agência de turismo registradas na Embratur até 31-12-1972.** Rio de Janeiro, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ (IBC)

Av. Rodrigues Alves, 129 — Rio de Janeiro, RJ

64. **Bibliografia dos estudos químicos sobre o café e seus componentes.** Rio de Janeiro, 1973.
65. **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, 1973. 578 p.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER)

SAS — Quadra 1 — Bloco A — Lotes 9/10 — Brasília, DF

BANCO DA AMAZÔNIA (BASA)

Av. Presidente Vargas, 800 — Belém, PA

66. **Pau rosa, análise conjuntural.** Belém, 1970. (Documento, 10)

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH)

Av. Pres. Wilson, 164 — Rio de Janeiro, RJ

67. **Crescimento urbano, tema e considerações,** por Osvaldo Iorio Filho. Rio de Janeiro, 1973. 60 p.
68. **PLANHAP; objetivos e normas de execução.** Rio de Janeiro, 1973. 191 p.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB)

Rua Major Facundo, 500 — Fortaleza, CE

69. **Mais capital para o desenvolvimento do Nordeste.** Rio de Janeiro, 1968.
70. **Plano Trienal, metas para 1974/76.** Fortaleza, 1973.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

71. **Sondagem conjuntural na indústria de transformação do Nordeste.** Fortaleza, 1974.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS)

Av. Duque de Caxias, 1.700 — Fortaleza, CE

72. **Frentes de serviço; estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970.** Fortaleza, 1971.
73. **Projeto de irrigação do Vale do Rio Moxotó.** Rio de Janeiro, 1971.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)

SCS — Ed. Alvorada, 2.º/4.º e SAS — Quadra 6 — Bloco "O" — Brasília, DF

74. **Estatuto do Índio.** Brasília, 1974.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU)

Rua Debret, 23 — 9.º — Rio de Janeiro, RJ

75. **Curso de administração: feiras livres, mercados e matadouros municipais,** por Emanuel de Sá Horiz. Brasília, 1972. (Cadernos, 1)
76. **Funcionamento de Câmaras Municipais.** Brasília, 1972.
77. **Planejamento urbano e local e o desenvolvimento das faixas pioneiras.** Brasília, 1972.
78. **Plano de ação imediata de Itajubá; relatório síntese.** Rio de Janeiro, 1974.
79. **Prestação de cintas do FPM segundo a Resolução s.º 112-72.** por Orlando C. Schreiner. Brasília, 1972.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM)

Av. Alm. Barroso, 426 — Belém, PA

80. **Plano de desenvolvimento da Amazônia (1972-1974).** Belém, 1971. 117 p. ilustr.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)

Av. Prof. Moraes Rego, s/n. Cidade Universitária — Recife, PE

81. **Consolidação das normas legais da SUDENE.** Recife, 1969.
82. **Plano de ação para emergência da seca.** Recife, 1971.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

83. **Programa de trabalho para a agricultura nordestina.** Recife, 1973.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (SUDECO)

SAS — Bl. A — 3.º — Brasília, DF

84. **Plano de desenvolvimento econômico-social do Centro-Oeste (PLADESCO)** Brasília, 1973. (Desenvolvimento regional. Monografias, 2)

- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL)**
Rua Caldas Júnior, 120 — 20.º — Porto Alegre, RS
85. **SUDESUL, a Instituição e suas atividades.** Porto Alegre, 1973.
- SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA)**
Av. Henrique Martins, 347 — 3.º — Manaus, AM
86. **Repercussões sócio-econômicas de sua atuação.** Manaus, 1972.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**
Esplanada dos Ministérios — Palácio da Justiça — Brasília, DF
87. **Ministério da Justiça: histórico, legislação e estrutura-órgão.** Brasília, 1975.
- COMISSÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS**
Rua México, 128 — 5.º — Rio de Janeiro, RJ
88. **Anteprojeto de Código Civil.** 2. ed. rev. Brasília, 1973. 469 p.
- DIVISÃO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA**
Rua México, 128 — 2.º — Rio de Janeiro, RJ
89. **Registro civil, ano 1964.** Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1967.
- ARQUIVO NACIONAL**
Praça da República, 26 — Rio de Janeiro, RJ
90. **Catálogo de plantas da cidade do Rio de Janeiro, 1750-1962.** Rio de Janeiro, 1962.
- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL (DIN)**
Av. Rodrigues Alves, 1 — Rio de Janeiro, RJ
SIG — Brasília, DF
91. **Catálogo das publicações à venda na Tesouraria da Imprensa Nacional.** Rio de Janeiro, 1938.
- MINISTÉRIO PÚBLICO**
Esplanada dos Ministérios — Bloco 7 — 2.º andar — Brasília, DF
92. **Documentação legislativa sobre o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.** Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1975.
- MINISTÉRIO DA MARINHA**
Esplanada dos Ministérios — Brasília, DF
93. **Substituição da Bandeira Nacional no mastro da Praça dos Três Poderes.** Brasília, 1973.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA**
Rua Dom Manuel, 15 — 2.º — Rio de Janeiro, RJ
94. **Almirante Jerônimo Gonçalves: perfil do herói, do chefe militar e do cidadão.** Rio de Janeiro, 1962.
- DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DA MARINHA**
Rua 1.º de março, 118 — 8.º — Rio de Janeiro, RJ
95. **História da Intendência da Marinha,** por Lufs Pereira Leivas e Levy Scavarda. Rio de Janeiro, 1972.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA (MME)**
Esplanada dos Ministérios — Bloco J — Brasília, DF
96. **Panorama energético do Brasil; situação atual e perspectiva futura.** Brasília, 1967. 43 p.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO**
97. **Ementário de atos oficiais sobre minas e energia.** Brasília, 1973.
- CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO (CNP)**
98. **Resolução do CNP.** Rio de Janeiro, 1972.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM)**
SAN — Quadra 1 — Bl. B — Brasília, DF
99. **Projeto RADAM. Levantamento de recursos naturais, geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra.** Rio de Janeiro, 1973

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. (PETROBRÁS)
Av. República do Chile, 65 — 22.º — Rio de Janeiro, RJ

100. **Manual de produtos de petróleo.** Rio de Janeiro, 1973. 183 p. ilust.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SAS — Bl. L — 4.º, 8.º e 9.º — Brasília, DF

101. **Programa de ação para o INPS 1975.** Brasília, 1975.

CENTRAL DE MEDICAMENTOS (CEME)
Esplanada dos Ministérios — Bloco 7 — 4.º — Brasília, DF

102. **Plano Diretor de medicamentos, 1.ª fase, 1973/1978.** Brasília, 1973. 4 v.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FUNABEM)
Rua Visconde de Inhamã, 38 — Rio de Janeiro, RJ

103. **Orientações para o dimensionamento da problemática do menor no Brasil;** diretrizes para a montagem de projetos de pesquisas locais. Rio de Janeiro, 1972. (Publicação, 10)
104. **Política nacional do bem-estar do menor em ação.** Rio de Janeiro, 1973.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Esplanada dos Ministérios — Palácio Itamaraty — Brasília, DF

DEPARTAMENTO CONSULAR E DE EMIGRAÇÃO

105. **Developpement agricole au moyen de la colonisation agricole;** colonization agricole, experience et perspectives. Genève, 1964.

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL

106. **Bolívia, artigos de cutelaria e talheres.** Brasília, 1974.
107. **Canadá, óleos essenciais.** Brasília, 1975. 47 p. (Mercados para o Brasil, 35)
108. **Como exportar, Noruega.** Brasília, 1974. 46 p.

CERIMONIAL

109. **Lista do corpo diplomático.** Brasília, 1972. 169 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Esplanada dos Ministérios — Bloco 11 — Brasília, DF

110. **Plano de coordenação das atividades de proteção e recuperação da saúde.** Brasília, 1968.
111. **Política nacional de saúde.** Brasília, 1973.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

112. **Normas de administração e controle do hospital.** Brasília, 1974.
113. **Normas de construção e instalação do hospital geral.** Brasília, 1974.

FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA (FSESP)

Av. Rio Branco, 251 — 12.º — Rio de Janeiro, RJ

114. **Interiorização de ações sanitárias.** Brasília, 1975.

INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (INAN)

SCS — Ed. Chams, 3.º e 4.º — Brasília, DF

115. **Projeto UCIN.** Brasília, 1973.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Esplanada dos Ministérios — Bloco F — Brasília, DF

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA

116. **Distribuição de sindicato segundo o âmbito, pesquisa sindical.** Brasília, 1974.
117. **Total de contribuição sindical, pesquisa sindical.** Brasília, 1974.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

118. **Bibliografia sobre formação profissional.** Rio de Janeiro, 1973. (Série bibliográfica, 1)
119. **Bibliografia sobre mão-de-obra.** Rio de Janeiro, 1973. (Série bibliográfica, 3)

- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)
120. **Unidades Industriais do Amazonas, cadastro.** Manaus, 1972.
- MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Esplanada dos Ministérios — Bloco 9 — Brasília, DF
121. **Os transportes no Brasil, planejamento e execução.** Rio de Janeiro, 1973.
- CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES
122. **Plano Nacional de Viação.** Brasília, 1973.
- GRUPO DE ESTUDOS PARA INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES (GEIPOT)
123. **Bibliografia brasileira de transportes, 1969/72.** Rio de Janeiro, 1972. 293 p.
- PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
Praça dos Tribunais Superiores — Brasília, DF
124. **Resultado das eleições de 1974.** Brasília, 1974.
- TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
Praça dos Tribunais Superiores — Brasília, DF
125. **Regulamento geral; anexo ao Regimento Interno, art. 189.** Brasília, 1972.

Conclusões

Sem prejuízo das atribuições da Biblioteca Nacional no que diz respeito ao depósito legal das publicações oficiais para guarda e conservação da memória nacional, reafirma o valor dessas publicações para o Congresso Nacional, finalidade diversa, contudo tão valiosa quanto a primeira.

O consenso do plenário poderá justificar o depósito das publicações oficiais, também na Biblioteca da Câmara dos Deputados, cuja estrutura administrativa se equipou para receber, controlar e divulgar essas publicações dos órgãos governamentais.

Propõe a constituição de uma comissão interpoderes, para estudo detalhado do depósito legal das publicações oficiais, em legislação especial, independente da que se refere a essa instituição no que diz respeito às publicações comerciais.

Abstract

An overview of the current National bibliography of Brazil and other countries, concerning Government Publications. Guidelines for the establishment of one system of control and dissemination for the publications of the Brazilian Government, including lists of bibliographies, lists and catalogues, printed or not, of government agencies, having in mind the schematization of the Catalogue of the Brazilian Government Publications. The execution of this system is a priority work proposal of the Section of Receiving and Control of the Government Publications of the Coordination of the Library of the Documentation and Information Centre of the Congress.

REFERÊNCIAS

1. ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. Trad. de Maria Helena Guedes Crespo e Beatriz Marques Magalhães. Porto Alegre, Globo, 1973. 223 p.
2. BARBOSA LIMA SOBRINHO, José Alexandre. Edições universitárias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29/30 ago. 1971, 1º cad., p. 6.
3. BECKMAN, Margaret et alii. **The Guelph document system**. Guelph, University of Guelph Library, 1973. 122 p.
4. BIBLIOGRAPHIE, DOCUMENTATION ET TERMINOLOGIE. Paris, UNESCO, 9/14 (1/6) jan. 1969/jul. 1974.
5. BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971**. Brasília, 1972. 137 p.
6. CHILDS, James Bennett. **Government and Official Publications in a People's Democracy**. Washington, Library of Congress, 1934. 8 p.
Reimpresso do "Library Science Today" (Ranganathan Festschrift) cap. E 4, p. 163-170.
7. ———. Western Australian Government Publications, 1829-1959 a bibliography, by Elmar Zalums, 2. ed. Canberra, National Library of Australia, 1971. 95 p. **The papers of the Bibliographical Society of America**, v. 67, 2. quarter 1973. p. 205-8. (Recensão.)
8. CLARKE, Norman F. **Catalogar, classificar e guardar publicações do governo quando incorporadas à coleção geral da Biblioteca**. Trad. de Anna Beatriz Novaes de Oliveira. Mimeografado.
9. CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. **Panorama da documentação em ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, 1965. 14 p.
Trabalho apresentado pela representante do IBBDD na Reunião Latino-Americana de Documentação em Ciências Sociais, no Rio de Janeiro 23/25 set. 1965.
10. FIGUEIREDO, Laura Maia de & CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. **Curso de Bibliografia Geral**. Rio de Janeiro, Record, 1967. 144 p.
11. FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia brasileira corrente: evolução e estado atual do problema. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, 1(1):9-14, 1972.
12. ———. Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, 5(2):95-124, mar. 1957.
13. ———. Panorama da bibliografia brasileira corrente. **Handbook of Latin American Studies**, Gainesville, 23:401-406, 1961.
14. ———. Publicações oficiais, essas desconhecidas. **Correio Brasileiro**, Brasília, 29 jan. 1971, Cad. cult., p. 6.
15. FREYRE, Gilberto. Publicações oficiais, essas desconhecidas. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1951, p. 10.
16. FROTA, Lia Manhães de Andrade. **Sistema Normalizado para Numeração de Livros**. São Paulo, Escola de Biblioteconomia da USP, 1973. (Curso de Extensão Universitária. Biblioteconomia Avançada II.)
17. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Reorganização administrativa da Câmara dos Deputados; relatório e anteprojeto de resolução**, 1968. 145 f.

18. GOMES, Hagar Espanha & FROTA, Lia M. A. **Bibliografia brasileira corrente: soluções para os problemas de exaustividade, atualização e divulgação.** Rio de Janeiro, IBB, 1974. 15 f.
Trabalho apresentado na IV Jornada Sul-rio-grandense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 1974.
19. GROPP, Arthur E. ed. **A bibliography of Latin American bibliographies.** Metuchen, N. J., Scarecrow Press, 1968. p. 225-6.
20. ———. ———. Suplement. Metuchen, N. J., Scarecrow Press, 1971, p. 127.
21. A INFORMÁTICA será centralizada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 mar. 1973. p. 36.
22. INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS. **Publicações oficiais brasileiras.** Rio de Janeiro, IBB, 1962. 24 p.
Resposta ao questionário apresentado pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas.
23. KESAVAN, B. S. La bibliografia nacional India. **Bol. Bibl. UNESCO**, Paris 12(4): 85-6, abr. 1958.
24. LOMBARDI, Mary. **Brazilian serial documents: a selective and annotated guide.** Bloomington, 1974. 445 p. (Indiana University Latin American Studies Program).
25. MECHANIC, Sylvia. **Annotated list of selected United States Government publications available to depository libraries.** New York, 1971. 407 p.
26. MEDEIROS, Heloisa. **Apresentação de relatórios técnicos.** Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 1969. 62 p. (IPR publ. 484).
27. MESA, Rosa Q. **Las publicaciones oficiales de America Latina: resultados de una investigacion.** Washington, Organization of American States, 1971. 28 f. (XVI SALALM working paper nº C-6, june 1971).
Trabalho apresentado no Sixteenth Seminar on the Acquisition of Latin American Library Materials, Mexico, 1971.
28. PERAZA SARAUSA, Fermin. **Bibliografias corrientes de la America Latina.** Florida, Coral Gables, 1969. p. 34-44 (Biblioteca del bibliotecario, 65).
29. POLICES and practices in the bibliographic control of United States Government Publications. **Drexel Library Quarterly**, Philadelphia, 10(1/2) jan./apr. 1974.
30. POVES BÁRCENAS, Maria Luisa. **Una obra de interes para la bibliografia oficial Española.** Madrid, 1969. 3 p.
31. RIBEIRO, A. M. C. Memória. **Relatório das atividades desenvolvidas pela Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais, no período de 1º-11-73 a 30-10-74.** Brasília, 1974. 44 f.
32. ———. **Relatório de viagem ao Rio de Janeiro, para levantamento de editores oficiais brasileiros.** Brasília, 1973. 10 f.
33. ROCHA, Juracy Feitosa. **Brazilian serial documents: a selective and annotated guide.** de Mary Lombardi, Bloomington, Indiana University Press, 1974. 445 p. (Indiana University Latin American Studies Program). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, 2(2):233-4, jul./dez. 1974 (Recensão).
34. ———. **Publicações oficiais brasileiras; um tema para o VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.** Brasília, Câmara dos Deputados, 1973. 29 f.

Trabalho apresentado ao VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, julho de 1973.

35. SCHMECKEBIER, Laurence F. & EASTIN, Roy B. **Government publications and their use**. Rev. ed. Washington, Brookings Institution, 1961. 476 p.
36. SHAW, Thomas Shuler, ed. **Federal, State and local Government Publications Library Trends**, Urbana, 111, 15 (1) July 1966.
37. UNESCO. **Bibliography of publications issued by UNESCO or under its auspice; the first twenty five years: 1946 to 1971**, Paris, 1973. 385 p.
38. ———. **Handbook on the international exchange of publications**. 3 ed. Paris. 1964. 767 p.
39. WINCHELL, Constance M. **Guide to reference books**. 8. ed. Chicago, American Library Association, 19 p. 156-63.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL

PROJETO Nº 3.746-A, DE 1966

Redação Final do Projeto nº 3.746/66, que dispõe sobre a remessa de documentos gráficos e audiovisuais à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e à Biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O proprietário ou o administrador de oficinas de tipografia, estereotipla, litografia, fotografia, gravura, xerografia ou de outro qualquer processo gráfico, situadas no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios Federais, é obrigado a remeter um exemplar de cada trabalho que executar, completo e em perfeito estado de conservação, para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e outro para a Biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília.

§ 1º Incluem-se entre as oficinas mencionadas neste artigo as mantidas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, tanto da União como dos Estados e Territórios, autarquias, fundações, entidades paraestatais e sociedades de economia mista.

§ 2º Compreendem-se nessa obrigação legal os anúncios e bilhetes postais ilustrados e as vistas e retratos que se destinam a ser postos a venda ou distribuídos, bem como os livros, folhetos, revistas e jornais, álbuns e partituras musicais, estampas, gravuras sobre madeira, metal ou outra substância, mapas, plantas, cartazes, selos, medalhas e outras espécies numismáticas ou semelhantes.

§ 3º Consideram-se como obras diferentes as reimpressões, novas edições, ensaios e variantes de qualquer natureza, inclusive de formato, qualidade do papel, cor da tinta e tipo de encadernação.

§ 4º Quando nos objetos não estiver declarada sua significação, o preço da venda e o número de exemplares de que a edição constar, todas essas indicações deverão acompanhá-los por ocasião da remessa.

§ 5º A remessa deve efetuar-se até 5 (cinco) dias depois que a obra for publicada ou entregue a quem a mandou executar, devendo neste prazo ser levados à agência do Departamento de Correios e Telégrafos os exemplares a tal fim destinados.

§ 6º Do colofão da obra impressa em território nacional deverá constar, obrigatoriamente, a cidade, o dia, o mês e o ano em que foi concluída a impressão.

Art. 2º Em caso de inobservância das disposições do artigo anterior incorrerá:

a) o proprietário ou o administrador da oficina impressora em multa equivalente ao preço de venda da obra, ou, não se destinando à venda, ao preço de custo, por dia excedente do prazo referido no § 5º do art. 1º;

b) o responsável pela oficina impressora (§ 1º do art. 1º) de tantos dias de suspensão quantos forem os de descumprimento do dispositivo, até o máximo de 60 (sessenta) dias;

c) o editor, solidariamente, nas mesmas penas.

§ 1º Em caso de reincidência a pena será aplicada em dobro.

§ 2º A aplicação da pena de multa ou de suspensão é da competência do Diretor-Geral da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Diretor da Biblioteca da Câmara dos Deputados que a comunicará à repartição arrecadadora federal ou ao superior hierárquico do responsável, para sua execução.

§ 3º Se alguma obra a que se refere esta Lei for posta à venda, sem que se haja realizado a remessa à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e à Biblioteca da Câmara dos Deputados, poderá o Diretor-Geral da primeira ou o Diretor da segunda, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, determinar se efetue a apreensão de um exemplar, onde seja encontrada à venda, lavrando-se o respectivo auto de apreensão.

§ 4º Para efeito de remessa como para o de apreensão, é equiparada à obra nacional a proveniente do exterior que trazer indicação de editor ou vendedor domiciliado no Brasil.

§ 5º A aplicação de penalidade ao proprietário, administrador, responsável pela oficina impressora ou ao editor não o exime das obrigações estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º A obra remetida à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e à Biblioteca da Câmara dos Deputados, em observância a esta Lei transitará pelas agências do Departamento de Correios e Telégrafos com isenção de franquia e gratuidade de registro, devendo o remetente declarar o autor ou o pseudônimo, se for o caso, e o título da obra, a cidade em que foi impressa, os nomes do impressor e do editor e a data do término da impressão.

Parágrafo único. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília, fornecerão ao Departamento de Correios e Telégrafos as cadernetas anuais que se tornem necessárias, destinadas a facilitar a remessa, sob registro, das publicações periódicas.

Art. 4º A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca da Câmara dos Deputados publicarão regularmente boletins bibliográficos com o fim principal de referenciar as obras recebidas em virtude desta Lei.

§ 1º No Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro serão referenciadas as obras impressas por iniciativa de pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

§ 2º No Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Câmara dos Deputados serão referenciadas, exclusivamente, as obras impressas sob a responsabilidade dos governos da União, dos Estados e dos Territórios Federais, autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e fundações.

§ 3º As referências bibliográficas dos Boletins de que trata este artigo obedecerão às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e serão apresentadas em arranjo sistemático, de acordo com a Classificação Decimal Universal, acrescentando-se-lhes os respectivos preços de venda.

§ 4º As publicações periódicas serão referenciadas nos Boletins Bibliográficos de que trata este artigo apenas uma vez por ano.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão de Redação, 2 de agosto de 1966. — **Medeiros Netto**, Presidente — **Walter Batista**, Relator — **Dnar Mendes**.